

Associação de advogados religiosos solicitou participar de 29 ações na Corte e tenta influenciar discussões de temas como aborto, ideologia de gênero e homofobia

# Cresce atuação de grupos evangélicos no Supremo

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

Mesmo antes da indicação de um ministro “terrivelmente evangélico” para o Supremo Tribunal Federal (STF), como prometeu ano passado o presidente Jair Bolsonaro, setores ligados aos religiosos têm reforçado sua atuação na Corte com o objetivo de garantir que seus interesses sejam defendidos, sobretudo em temas da chamada “pauta de costumes”.

Fundada em 2012 e composta por cerca de 700 membros, a Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (Anajure) já entrou no STF com pedidos para acompanhar ao menos 29 ações na condição de “amigo da Corte” (“amicus curiae”, no jargão jurídico). Isso permite a seus advogados apresentar informações complementares e fazer manifestações sobre os temas que estão em análise.

A entidade monitora de perto ações que discutem descriminalização do aborto, política de ensino sobre “ideologia de gênero” e “orientação sexual” em escolas, e a distribuição de exemplares da Bíblia em bibliotecas. As solicitações para atuar nos processos geralmente são aceitas pelos relatores de cada caso.

“Nossa agenda não é anti-abortista ou anti-LGBT. Somos um segmento evangélico que não quer impor valores, mas sim ter os seus valores da vida, da família e dos direitos humanos respeitados, e não desconstruídos como muitos tentam”, diz o advogado Uziel Santana,

presidente da Anajure.

No ano passado, a associação atuou durante o julgamento sobre a homofobia. Havia pressão da frente parlamentar evangélica, que se opunha ao julgamento por temer que o Supremo colocasse limites ao discurso de pastores que condenam a homossexualidade. Os ministros acabaram enquadrando a homofobia e a transfobia como racismo, mas estabeleceram que a repressão contra essas condutas não restringe o exercício de liberdade religiosa, como defendia a Anajure. Ou seja: líderes religiosos podem pregar suas convicções desde que elas não virem discurso de ódio.

Em agosto de 2018, o grupo participou da audiência pública convocada para discutir a descriminalização do aborto, defendendo a tese de que a medida “não é unicamente saúde pública” e “envolve princípios e direitos fundamentais”. O tema ainda não foi levado ao plenário.

O grupo quer ser visto como “conservadores equilibrados”, de acordo com Santana. “Agente pode, democraticamente, participar da esfera pública de qualquer área. Nunca nenhum gabinete deixou de nos atender”, diz o advogado.

**Conexões.** Nos bastidores do STF, o lobby evangélico é visto como mais incisivo que o de católicos. Isso porque a maioria dos ministros da Corte – inclusive o atual presidente do tribunal, Dias Toffoli, e sua antecessora, Cármen Lúcia – é católica e possui conexões com inte-

## Debate

“Nossa agenda não é anti-abortista ou anti-LGBT. Não queremos impor valores, mas sim ter nossos valores respeitados”

Uziel Santana

PRESIDENTE DA ANAJURE

“O Judiciário é laico, e evidentemente isso (a religião) não tem qualquer peso para nós”

Marco Aurélio Mello

MINISTRO DO SUPREMO

grantes da Igreja, o que facilita acesso aos gabinetes, apontam interlocutores dos magistrados. No caso dos evangélicos, não haveria a mesma proximidade, pelo menos por enquanto.

Para o ministro Marco Aurélio Mello, entidades como a Anajure têm o direito de pedir para se manifestar nos processos, mas ele observa que o Estado não está submetido à vontade de segmentos religiosos. “Nós atuamos segundo a Constituição, e desvinculados de qualquer religião, embora haja um cruceiro no plenário. O Judiciário é laico, e evidentemente isso (a religião) não tem qualquer peso para nós”, afirma Marco Aurélio, que se considera um “católico não praticante”.

CONTINUA

28 JAN 2020

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Em 2004, o ministro provocou polêmica ao negar pedido da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de ser incluída como “amigo da Corte” no caso que discutia o aborto de fetos anencéfalos. “O relator poderá admitir terceiros, mas tem de haver pertinência temática. Tem de averiguar caso a caso”, afirma.

Em novembro, com a aposentadoria compulsória de Celso de Mello, Bolsonaro poderá fazer a sua primeira indicação para a Corte. Entre setores evangélicos, que representam 30% da população brasileira, há a expectativa que alguém ligado à religião seja indicado. “A Anajure representa o preparo do segmento evangélico, exercendo a atividade de representar o nosso pensamento no sistema judiciário”, afirmou o líder da bancada evangélica, deputado Silas Câmara (Republicanos-AM).

**Discussões.** Segundo o professor de direito da Unifesp Renan Quinalha, os evangélicos se organizaram inicialmente com foco no Congresso. Agora, voltam suas atenções para o STF, que se tornou epicentro das discussões políticas nacionais. “É um grupo que busca alianças, articula seus interesses e tem uma estratégia muito clara.”

O diretor-presidente do Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero, Paulo Iotti, por sua vez, diz acreditar que “faz parte da democracia” as movimentações de grupos de interesse no STF. “O Supremo não pode decidir com base na religião, mas, nesse contexto, é legítimo que as entidades religiosas façam isso (*pressão em julgamentos*), da mesmíssima forma que nós fazemos pelo movimento LGBTI+. que movimentos sociais fazem.”

28 JAN 2020

# O ESTADO DE S. PAULO

## Segurança foi um 'compromisso' de Bolsonaro, diz Moro

Presidente havia afirmado que não tinha a intenção de incorporar a área na pasta da Justiça quando convidou o ex-juiz para ser ministro

Matheus Lara

O ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro, afirmou ontem que o presidente Jair Bolsonaro, ainda em 2018, assumiu com ele o "compromisso" de integrar ações das áreas da Justiça e da Segurança Pública no "superministério" que o ex-juiz assumiu no atual governo. "Foi o compromisso que eu e Bolsonaro fizemos em 1.º de novembro (de 2018), quando ele me convidou (para ser ministro)", disse Moro.

A declaração do ministro da Justiça diverge do que disse o presidente. "Se for criado (o Ministério da Segurança Pública), aí ele (Moro) fica na Justiça. E o que era inicialmente. Tanto é que, quando ele foi convidado, não existia ainda essa modulação de fundir (a pasta da Justiça) com o Ministério da Segurança", afirmou Bolsonaro.

"Fui convidado, falei com ele (Bolsonaro) que os ministérios da Justiça e da Segurança Pública têm uma série de atribuições, mas o foco principal tem que ser o combate à criminalidade organizada, corrupção e criminalidade violenta. Essa era a ideia dele também", afirmou Moro durante entrevista concedida ao programa *Pânico*, da rádio Jovem Pan. No governo Michel Temer, as duas pastas eram separadas e a Polícia Federal era subordinada ao Ministério da Segurança Pública.

Na semana passada, Bolsonaro anunciou que poderia recriar a pasta de Segurança Pública, o

que reduziria o poder de Moro no governo. Depois de forte reação de aliados, no entanto, o presidente recuou da ideia de esvaziar a pasta da Justiça.

Moro afirmou ainda que não conversou pessoalmente com Bolsonaro sobre a polêmica da semana passada. "Ele (Bolsonaro) deu uma declaração categórica de que a chance (de recriar o Ministério da Segurança Pública) era zero. Para mim, está encerrado. Pode ser que, no futuro distante, possa se cogitar isso (dividir o Ministério da Justiça). Não acho uma ideia muito boa. Falei com parlamentares da bancada da segurança pública que os ministérios são mais fortes juntos do que separados", disse o ministro.

"Eu nunca falei nada. O próprio presidente disse que esse negócio está encerrado. É um trabalho duro e os dados são positivos", continuou Moro. "Antes de ser ministro, tenho 22

anos de magistratura. Tive processos envolvendo Fernandinho Beira-Mar, conhecemos a segurança pública profundamente. Boa parte da violência está vinculada ao crime organizado. Se você combate o crime organizado, tem reflexo disso nos crimes em geral."

Questionado sobre a eleição presidencial de 2022, o ministro disse que, por "questão de lealdade", apoiaria a candidatura de Bolsonaro à reeleição. "Eu já falei um milhão de vezes, vou ter que tatuar na testa. O presidente já apontou que pretende (disputar a) reeleição. Sou ministro do governo, vou apoiar Bolsonaro. O presidente está dando apoio às políticas da pasta."

Moro defendeu ainda a manutenção de Hamilton Mourão na vice em uma chapa em 2022. "(Mas) quem vai decidir o vice é o presidente", afirmou o ministro, que já teve o nome ventilado para ser candidato a vice de Bolsonaro na próxima disputa pelo Palácio do Planalto.

### o 'Foco'

"Fui convidado (para ser ministro), falei com ele (Bolsonaro) que os ministérios da Justiça e da Segurança Pública têm uma série de atribuições, mas o foco principal tem que ser o combate à criminalidade organizada, corrupção e criminalidade violenta. Essa era a ideia dele também."

Sérgio Moro

MINISTRO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA

CONTINUA

28 JAN 2020

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

**Supremo.** O ministro da Justiça também disse considerar “natural” uma eventual indicação de seu nome para a vaga do ministro Celso de Mello no Supremo Tribunal Federal (STF). O decano deixará o tribunal no fim do ano e Bolsonaro já prometeu indicá-lo para uma cadeira na Corte. “É uma perspectiva interessante, natural na minha carreira. A escolha cabe ao presidente. Ele tem a possibilidade de me indicar, mas se fala do Jorge Oliveira (*ministro da Secretaria-Geral da Presidência*), do AGU (*advogado-geral da União, André Mendonça*), tem outros nomes”, declarou.

O ex-juiz da Lava Jato voltou a criticar a mudança de entendimento do STF sobre prisão após condenação em segunda instância – a decisão beneficiou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenado por Moro. “O correto era ter cumprido toda a pena dele. “Com respeito ao Supremo, o julgamento foi um retrocesso. Vou tentar ajudar o Congresso a aprovar projetos para retomar a prisão em segunda instância.” / COLABOROU

PEDRO CARAMURU

28 JAN 2020

## O ESTADO DE S. PAULO

### Milícias no coração do Estado

O fenômeno das milícias extrapolou em muito a esfera da segurança pública e, como mostrou reportagem do Estado, é triplamente alarmante. Primeiro, pela velocidade com que elas têm se expandido e diversificado suas atividades por todo o País. Depois, pela sua capacidade de infiltração na vida política. E, em terceiro, pela defasagem das instituições responsáveis por diagnosticar e reprimir esta modalidade de crime organizado.

As milícias são um fenômeno caracteristicamente carioca, derivado dos grupos de extermínio de “policiais matadores” do período do regime militar. No final dos anos 80, elas passaram a extorquir serviços de proteção, especialmente contra o narcotráfico. Com o controle territorial, centralizaram serviços que deveriam ser prestados pelo Estado ou que haviam sido monopolizados por este: venda de água, gás, imóveis, transporte alternativo, sinal de TV e internet e empregos. Gradativamente, incluíram grilagem, exploração de áreas públicas, construção civil, negócios imobiliários, agiotagem e roubo de combustível, entre outros crimes.

Em 2019, o Gaeco, grupo do Ministério Público fluminense que combate as milícias, denunciou 1.060 pessoas e prendeu 336 acusados de pertencer a milícias. Segundo uma das promotoras, Simone Sibilo, a legislação está desatualizada, uma vez que o re-

pertório de crimes das milícias já ultrapassa em muito os delitos tipificados no Código Penal. Além disso, não há uma dimensão oficial do fenômeno nem políticas integradas de prevenção e enfrentamento. Hoje, há registros de milícias em 23 Estados, em geral com as características embrionárias de grupos de extermínio e extorsão. Mas a realidade do Rio de Janeiro permite antecipar o caos no qual será precipitado o País se estes ninhos de serpentes não forem aniquilados agora.

No Rio, terceiro maior colégio eleitoral do País, se consolida rapidamente a fusão en-

---

#### **As milícias ameaçam os alicerces do Estado Democrático de Direito**

---

tre milícia e política. Estima-se que 12% das áreas de votação no Estado, cobrindo 1,7 milhão de pessoas – número maior que a população de 18 capitais –, são comandadas por milícias e facções criminosas. Em 2008, a CPI das Milícias na Assembleia Legislativa do Rio indiciou 226 pessoas, entre policiais, agentes de segurança, militares e políticos. Um deles foi o ex-policial e então vereador Jerônimo Guimarães Filho, o Jerominho, que cumpriu pena de prisão por crimes como homicídio e por integrar a milícia Liga da Justiça. Seu irmão, seu filho e seu genro – todos ex-policiais – também foram presos e acusados de assassinatos e de liderar a milícia.

Hoje Jerominho é pré-candidato à prefeitura do Rio pelo Partido da Mulher Brasileira.

Segundo a Polícia Federal, há riscos para o processo eleitoral em pelo menos 18 Estados, em especial naqueles com altos índices de violência, serviços públicos precários e corrupção policial. Uma das exceções é São Paulo, o maior colégio eleitoral do País, onde as milícias, graças à efetiva ação da polícia e de outros órgãos governamentais, não conseguiram estabelecer controles territoriais, base para a diversificação de seus crimes e sua infiltração na política.

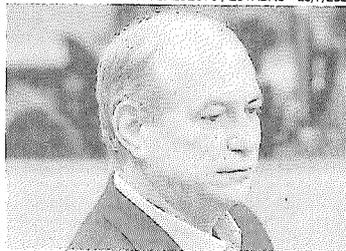
Segundo especialistas ouvidos pelo Estado, além da atualização das leis, é preciso investir na integração das instituições federais, estaduais e municipais (incluindo a Justiça Eleitoral) e em um método que deixe de priorizar o confronto em territórios dominados e foque em inteligência e investigação. O combate integrado tem sido ensaiado no Rio, mas inexistente nos demais Estados, onde o problema é enfrentado de forma isolada e exclusivamente como questão de segurança pública. Contudo, evidências comprovam que as milícias, muito além da segurança pública, ameaçam hoje os próprios alicerces do Estado Democrático de Direito brasileiro. Ou o poder público, em todas as suas instâncias, mobiliza uma repressão generalizada e implacável ou pedaços inteiros da máquina pública serão sequestrados por mãos encharcadas de sangue.

28 JAN 2020

## O ESTADO DE S. PAULO

### Justiça penhora carro de Ciro Gomes para indenizar vereador Fernando Holiday

O Tribunal de Justiça de São Paulo determinou ontem a penhora de um veículo – modelo Hilux – do ex-ministro Ciro Gomes (PDT) para garantir o pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 38 mil ao vereador Fernando Holiday (DEM-SP). No ano passado, Ciro chamou o parlamentar de “capitãozinho do mato nazista” e de “traidor da negritude”. Ciro foi então condenado a indenizar Holiday – a execução provisória da sentença foi autorizada em abril de



2019, mas, como o valor não foi pago, a Justiça decidiu pela penhora do veículo. “A decisão reforça a gravidade da ofensa, que foi racista”, disse Holiday. Ciro afirmou que vai recorrer da decisão do TJ-SP.

### PGR quer ouvir Edinho Silva sobre repasse ao PP

O subprocurador-geral da República José Adonis Sá pediu à ministra do Supremo Rosa Weber que prorrogue, por 60 dias, inquérito que apura suposta compra do apoio do PP pelo PT com R\$ 42 milhões da J&F. Entre as diligências pendentes está o depoimento do ex-tesoureiro do PT Edinho Silva, atual prefeito de Araraquara. Delatores da J&F relataram repasses a partidos para garantir o apoio à reeleição de Dilma Rousseff. Edinho afirmou que “agiu dentro da legalidade” na campanha da petista em 2014.

### Juíza bloqueia R\$ 37 mi de Agnelo e de Filippelli

A juíza Acácia Soares de Sá, da 7.ª Vara da Fazenda Pública do DF, bloqueou R\$ 37 milhões em bens do ex-governador Agnelo Queiroz e do ex-vice-governador Tadeu Filippelli. Os dois são alvo de ação de improbidade sobre supostas propinas em obras do estádio Mané Garrincha. A defesa de Agnelo disse que “o processo será discutido nos autos”. O advogado de Filippelli não foi localizado.

### Alesp não terá de cobrar bônus em prestações

A juíza Gilsa Elena Rios, da 15.ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, desistiu da própria decisão em que mandou a Assembleia Legislativa de SP cobrar em prestações a devolução de R\$ 10 milhões pagos em bônus natalino a servidores. A Casa fez a cobrança de uma só vez. Caso ela não reconsiderasse, o dinheiro teria de ser novamente pago aos servidores para então ser descontado em parcelas.

**R\$ 10 mi**  
FORAM PAGOS PELA  
ALESP EM BÔNUS  
NATALINO. VALOR  
FOI DEVOLVIDO

### Assembleia nomeia 1.542 comissionados em um dia

A Assembleia Legislativa de Roraima publicou na sexta-feira passada a nomeação em massa de 1.542 comissionados. Em outubro, a Procuradoria Regional do Trabalho da 11.ª Região e o Ministério Público do Estado entraram com uma ação pedindo a indenização de R\$ 2 milhões pelo “excesso” de cargos em comissão – eram 34 comissionados para cada servidor efetivo, segundo os órgãos. A Assembleia informou que “não há criação de novos cargos ou aumento no número de cargos já existentes”.

28 JAN 2020

# BEMPARANÁ

#JUSTIÇA GRATUITA

## Casos de família são a principal demanda na Defensoria Pública do Paraná

Estado é o que conta com menos profissionais no País, segundo pesquisa;

Rodolfo Luis Kowalski

novο concurso deve acontecer em breve

Os processos envolvendo situações relacionadas ao direito de família, como pensão alimentícia, divórcio e reconhecimento de união estável, foram as principais demandas que chegaram até a Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR) em 2019. Segundo informações da própria instituição, ao longo do ano passado foram registrados mais de 82 mil procedimentos, sendo que um terço da demanda (33,6%, mais precisamente) diz respeito a questões familiares.

“A Defensoria tem, basicamente, as seguintes áreas; direito de família, área cível, criminal, infância e juventude, execução penal e violência doméstica. A maior demanda é da área de família, com atuação em questões de pensão de crianças, guarda dos filhos, direito de visita, divórcio, reconhecimento de união estável, entre outras situações”, explica o Defensor Público-Geral do Paraná, Eduardo Abraão.

Fundada em 2011, a DPE-PR conta atualmente em seu quadro com 112 defensores públicos, o que significa que há mais de 730 processos ativos para cada defensor. “O defensor público é concursado, tem todo um preparo para lidar com um número grande de processos. Isso é da natureza do próprio exercício do cargo de defensor, tanto que Brasil afora também é assim. Com uma equipe ele (defensor) consegue gerenciar os processos. Mas é grande (o número de procedimentos)”, comenta Abraão.

Além disso, uma pesquisa divulgada na semana passada pelo site Migalhas revelou que o Paraná é o estado com menos defensores públicos de todo o país quando comparado ao número total de habitantes. São quase 100 mil pessoas para cada defensor paranaense.

“É necessário uma reviravolta. O Paraná foi um dos últimos estados a instalar a Defensoria, mas deve se colocar numa posição mais satisfatória. É um estado forte, dos mais importantes no país, e a Defensoria também deve refletir isso”, aponta o Defensor Público-Geral.

Para contornar este cenário, no ano passado a instituição encerrou a chamada do 3º concurso de defensores, realizado em 2017, e inicia 2020 com a proposta de abertura do 4º concurso para defensores e o 3º para servidores. “Estamos terminando o estudo de planejamento para abrir o concurso. Ainda temos de definir a parceria que faremos para produzir o concurso, quem fará as provas. Não temos ainda número de vagas, o que deve acontecer em breve, em pouco espaço de tempo”, esclarece Abraão.

**CONTINUA**

# BEMPARANÁ 28 JAN 2020

CONTINUAÇÃO

## Quem pode e quando acionar a DPE-PR

Toda pessoa que precisa de assistência jurídica integral e gratuita e que não tem renda mínima familiar superior a três salários mínimos mensais (critério de baixa renda) pode buscar ajuda na Defensoria Pública do Estado (DPE). Em Curitiba, o atendimento é feito principalmente na sede central, na Praça Tiradentes (Rua José Bonifácio, 66), com distribuição de senha a partir das 8 horas da manhã, de segunda a sexta-feira.

Já para quem mora no interior ou pretende buscar o atendimento em outras unidades da capital, a recomendação é para que consulte o site da instituição ([www.defensoriapublica.pr.def.br](http://www.defensoriapublica.pr.def.br)), onde é possível conferir o telefone, endereço e informações sobre atendimentos em outras unidades da Defensoria.

A estrutura da Defensoria Pública trabalha em favor de cerca de 60% dos cidadãos paranaenses, que estariam na condição de não ter condições de pagar um advogado, e com isso correm o risco de ficar sem direitos fundamentais garantidos.

## Sistema pretende ficar mais perto da população

Reeleito no ano passado para o cargo de Defensor Público-Geral do Estado com 77% dos votos dados pelos próprios membros da instituição, Eduardo Abraão comenta que um dos principais objetivos da Defensoria para os próximos anos é ficar mais próxima do cidadão, facilitando o atendimento. Já no ano passado, por exemplo, foram inauguradas quatro novas sedes no Paraná, em Maringá, Londrina e União da Vitória, além da Sede Central de Atendimento de Curitiba. Atualmente, já são 17 comarcas do Paraná com a presença da Defensoria Pública.

Outra medida implementada recentemente foi o "atendimento itinerante", realizado pelo Centro de Atendimento Multidisciplinar, que leva a Defensoria aos bairros mais afastados de Curitiba. Os primeiros a receberem o projeto foram: Comunidade 29 de Março, Caximba e Parolin.

"Vamos fortalecer esse projeto de atendimento em bairros de Curitiba e no interior vamos fazer um processo mais forte de municipalização", afirma Abraão.

## MAIORES DÉFICITS DE DEFENSORES POR HABITANTES NO PAÍS

### Paraná

- Número de defensores: 112
- Habitantes por defensor: 102.089

### Goiás

- Número de defensores: 84
- Habitantes por defensor: 83.551

### Santa Catarina

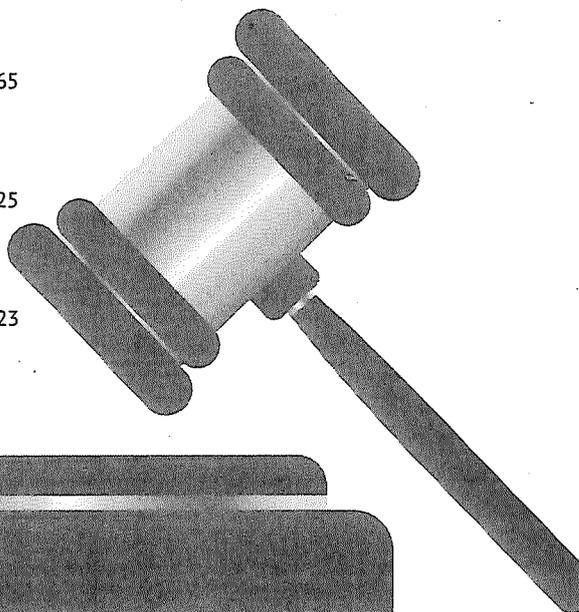
- Número de defensores: 116
- Habitantes por defensor: 61.765

### São Paulo

- Número de defensores: 750
- Habitantes por defensor: 61.225

### Rio Grande do Norte

- Número de defensores: 69
- Habitantes por defensor: 50.823



28 JAN 2020

# BEMPARANÁ

## Moro nega candidatura em 2022

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, voltou a negar ontem, em entrevista ao programa "Pânico", da rádio Jovem Pan, que pretenda disputar a Presidência da República em 2022. Ele alegou que tem "uma questão de lealdade" com o presidente Jair Bolsonaro.

"O que acontece, em 2022, o presidente já apontou no sentido de que ele pretende reeleição. E, claro, sou ministro do governo, vou apoiar o presidente Jair Bolsonaro, não tenho nem como", garantiu Moro.

Sobre o companheiro de chapa de Bolsonaro, ele disse que o nome ideal

seria o atual vice-presidente, general Hamilton Mourão. "Quem vai decidir o vice é o presidente (Jair Bolsonaro)", disse Moro. Moro ainda voltou a comentar sobre a possibilidade de cisão da sua pasta. Apesar de afirmar que "o assunto está encerrado" - por causa da declaração de Bolsonaro na sexta-feira, que afirmou ser "zero" a chance de divisão -, o ministro considerou que "pode ser que no futuro lá distante volte a se cogitar isso" e defendeu: "Não acho uma boa ideia". "Os ministros juntos são mais fortes."

STF - O ministro disse ainda que a possível indicação para a cadeira do minis-

tro Celso de Mello no Supremo Tribunal Federal (STF) - que se aposenta compulsoriamente em novembro deste ano ao completar 75 anos - é uma "perspectiva natural e interessante" para a carreira.

Moro, ao começar a responder sobre a possível indicação ao STF, evitou falar diretamente sobre o tema, destacando que não gosta de "discutir vaga quando ela não existe", reforçando que a escolha do indicado cabe a Bolsonaro e que qualquer decisão "será respeitada". Contudo, depois acabou admitindo que a vaga no STF representa uma perspectiva "natural e interessante" à sua carreira.

### Justiça de SP penhora carro de Ciro Gomes

O Tribunal de Justiça de São Paulo determinou ontem a penhora de um veículo do ex-ministro e ex-governador do Ceará, Ciro Gomes (PDT), para o pagamento de uma indenização por danos morais de R\$ 38 mil ao vereador Fernando Holiday (DEM).

No ano passado, Ciro chamou o parlamentar em duas ocasiões de "capitão-do-mato" e "traidor da negritude". "Ele é um capitãozinho-do-mato nazista. Um camarada que chega na Câmara tem a obrigação que entender que 63% da população é negra como ele. E o que ele faz? Quer acabar com o Dia da Consciência Negra. É um traidor da negritude, um serviçal do branqueamento", afirmou o ex-ministro.

A defesa de Holiday tem 10 dias para decidir se ele fica com o veículo ou o coloca em leilão. "A decisão reforça a gravidade da ofensa, que foi racista. Ele pensou que não ia dar em nada", disse o vereador. Procurada, a assessoria de Ciro Gomes disse que ele vai recorrer.

28 JAN 2020

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Competência do juízo onde ocorre falência é universal

Imóvel de ex-presidente da Vasp havia sido penhorado. Para Superior Tribunal de Justiça, no entanto, execução deve ocorrer no juízo da falência

**P**or entender que houve violação à competência da vara de falência, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, concedeu liminar para suspender penhora de um imóvel de Wagner Canhedo, ex-presidente da Vasp.

A penhora foi determinada pela Justiça do Distrito Federal em ação envolvendo outra empresa de Canhedo, a Viplan. Porém, como foi decretada a falência da Vasp, somente a vara de falências poderia decidir sobre o patrimônio do

empresário.

O ministro Noronha destacou que, segundo jurisprudência do STJ, os atos de execução dos créditos individuais contra empresas falidas ou em recuperação judicial — regulados tanto pelo Decreto-Lei 7.661/1945 quanto pela Lei 11.101/2005 —, ou quaisquer outros atos judiciais que envolvam o patrimônio empresarial, devem ser feitos pelo juízo universal.

Além disso, o presidente do STJ lembrou que a 2ª Seção, no julgamento do CC 125.589, firmou o entendimento de que

não há conflito de competência quando a execução trabalhista movida em desfavor de empresa cuja falência foi decretada é redirecionada para atingir bens dos sócios, tendo em vista que o patrimônio da empresa falida continuará livre de constrição.

“A única exceção ocorre quando o juízo falimentar também decreta a desconsideração da personalidade jurídica da falida, com a arrecadação dos bens dos sócios, devendo, nessa circunstância, ser processada a execução no juízo universal”, apontou o ministro.

## Aposentadoria não deve ser considerada em renda per capita

A aposentadoria não deve ser considerada para fins de cálculo da renda per capita, devendo ser excluída da composição familiar. Assim entendeu a Turma Regional Suplementar paranaense do Tribunal Regional Federal da 4ª Região ao conceder benefício assistencial a uma senhora de 75 anos.

A idosa entrou com o pedido de auxílio afirmando que a apo-

sentadoria de seu esposo seria insuficiente para a subsistência do casal. O INSS, no entanto, alegou falta de requisitos para a concessão dos pagamentos.

De acordo com o juiz federal convocado Marcos Josegredi da Silva, relator do caso, a senhora cumpre as condições necessárias para receber a assistência por ser incapaz de trabalhar e estar em situação de risco social.

O magistrado determinou o pagamento retroativo desde 2018, ano em que ela realizou o último pedido administrativo e que seu marido já se encontrava aposentado.

Em primeira instância, a idosa já havia conquistado o direito a receber o valor. Na ocasião, o caso foi julgado pela 2ª Vara Federal de Campo Mourão.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## **AGU aguarda dados para recorrer de suspensão de resultados do Sisu**

Após reunião com técnicos do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a Advocacia-Geral da União (AGU) disse ontem que aguarda o recebimento de novos dados e notas técnicas antes de recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) da decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), que suspendeu a divulgação do resultado das inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

Na noite de domingo, a desembargadora Therezinha Cazerta, do TRF3, decidiu manter em vigor uma liminar concedida pela Justiça Federal de São Paulo que impede a divulgação dos resultados amanhã (28), como estava previsto. A magistrada manteve a suspensão da divulgação sob alegação de que o governo ainda precisa dar um posicionamento “seguro e transparente” sobre a correção do Enem. Cerca de 1,5 milhão de estudantes de inscreveram no programa.

Ao confirmar o recurso ao tribunal, a AGU disse que qualquer nova medida “não alterará o resultado das notas dos candidatos e o eventual adiamento ou suspensão de prazos do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) causará prejuízos incalculáveis às instituições de ensino e aos candidatos interessados em acessar a educação superior por meio dos processos realizados pelo governo federal”.

# 28 JAN 2020

## **FÁBIO CAMPANA**

### **ORIENTAÇÃO ERRADA**

Uma orientação emitida pelo Ministério Público Federal no último dia 22, sobre como procuradores devem atuar em casos da lei de abuso de autoridade, aprovada em 2019, irritou parlamentares. No documento, o órgão diz que a acusação que não tiver elementos “mínimos e plausíveis” para comprovar que uma autoridade cometeu abuso deverá ser arquivada. Orienta ainda processar por denúncia caluniosa quem usar dados falsos na queixa.

### **BARROS PROTESTA**

Relator da lei na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR) afirma que o MPF “ameaça” quem quer questionar um procurador ou juiz por abuso e que o órgão não está em “sintonia com a sociedade”.

28 JAN 2020

## JORNAL DO ÔNIBUS

### **Eleições 2020**

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), desembargador Gilberto Ferreira, fala na próxima sexta-feira (31) sobre o Calendário das Eleições 2020 e os preparativos para as primeiras eleições com 100% do eleitorado identificado biometricamente no Paraná. O presidente fará um balanço da sua gestão à frente da instituição e apresentará a nova cúpula diretiva, formada pelo desembargador Tito Campos de Paula, como presidente, e pelo desembargador Vitor Roberto Silva, como vice-presidente e corregedor.

### **Sem cassação**

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, acolhendo embargos de declaração apresentados pelas defesas do deputado federal Ricardo Barros, da ex-Governadora Cida Borghetti e do deputado estadual Jonas Guimarães, anulou o julgamento anterior, realizado em outubro/2019, que determinava a cassação do mandato de ambos os deputados e aplicava multa aos representados.

28 JAN 2020

FOLHA DE S. PAULO

# Moro diz que fica, mas julga indicação ao STF 'interessante'

## Ministro proclama '2º Dia do Fico' no governo e apoio a reeleição de Bolsonaro

Flávio Ferreira

SÃO PAULO O ministro Sergio Moro (Justiça e Segurança Pública) disse nesta segunda-feira (27) em entrevista ao programa Pânico, da rádio Jovem Pan, que não há motivo para deixar o governo e que irá apoiar o presidente Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022.

No tom do programa humorístico, Moro afirmou que "é o segundo Dia do Fico". A frase é uma alusão ao episódio da história do Brasil em que d. Pedro 1º se recusou a voltar para Portugal, conhecido como "Dia do Fico".

Indagado se há atrito com Bolsonaro e se pretende concorrer ao cargo de presidente nas próximas eleições, Moro disse que apoiará a reeleição do atual mandatário por "questão de lealdade".

Na semana passada, o clima entre Bolsonaro e Moro esquentou nos bastidores, após o presidente articular uma reunião com secretários estaduais para discutir o desmembramento da pasta de Moro: ele ficaria apenas com a Justiça, e a Segurança Pública seria entregue para um novo ministro.

Como resposta, o ex-juiz da Lava Jato disse a aliados que, se a manobra ocorresse, deixaria o governo. O atrito provocou forte reação de seus apoiadores, que passaram a pressionar o presidente a de-

sistir do plano. Bolsonaro então recuou e disse que, por ora, o estudo está engavetado.

Na entrevista desta segunda-feira, Moro foi questionado sobre a possível separação do ministério. "Não acho a ideia boa." Segundo ele, os ministérios juntos são mais fortes.

O ex-juiz desconversou quando indagado se estaria "tudo bem" caso a separação ocorresse. Considerou que o assunto está encerrado, já que Bolsonaro falou em "chance zero" de mudança agora.

Moro também foi questionado sobre a possibilidade de Bolsonaro indicá-lo a uma vaga no STF (Supremo Tribunal Federal) e respondeu que essa é uma "perspectiva interessante". Em 2019, chegou a dizer que uma indicação seria como ganhar na loteria. Na rádio, disse: "É uma perspectiva que pode ser interessante, natural na minha carreira. Venho da magistratura, seria algo interessante. Mas a escolha evidentemente cabe ao presidente da República."

"Ele tem a possibilidade de me indicar, pode indicar outras pessoas... Se fala no AGU [advogado-geral da União], André Mendonça, pessoa muito qualificada, se fala no Jorge Oliveira, ministro [da Secretaria-Geral da Presidência] muito competente do governo, mas tem outros nomes", afirmou Moro durante a entrevista.

"Acho que o presidente só vai realmente fazer essa escolha no momento apropriado. Agora, dizer assim, que não gostaria, é claro que gostaria", completou.

Pelo critério de aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo aos 75 anos, as próximas vagas abertas no tribunal serão as de Celso de Mello, em novembro deste ano, e Marco Aurélio Mello, em julho de 2021.

A indicação de ministros do STF é uma atribuição do presidente que, depois, precisa ser aprovada pelo Senado.

Bolsonaro chegou a dizer, no ano passado, que reservara uma das duas vagas para Moro, que deixou a magistratura para ser seu ministro.

Mais tarde, porém, o presidente negou haver um acordo para indicação e disse buscar alguém com o perfil dele. Foi quando passou a declarar que pretendia indicar alguém "terrivelmente evangélico", dando a entender que poderá nomear o AGU André Luiz Mendonça.

Então juiz da 13ª Vara Criminal da Justiça Federal em Curitiba e responsável pela Operação Lava Jato, Moro foi convidado por Bolsonaro logo após a vitória em 2018. Chegou ao governo com a promessa de que assumiria um superministério com a missão de reforçar o combate à corrupção.

**CONTINUA**

28 JAN 2020

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Apesar de alguns desgastes, o Datafolha mostrou que Moro se consolidou como o ministro mais bem avaliado no primeiro ano do governo, com apoio popular maior que o do próprio presidente.

Entre os que dizem conhecer Moro, 53% avaliam sua gestão no ministério como ótima/boa. Outros 23% a consideram regular, e 21%, ruim/péssima. Bolsonaro tem 30% de ótimo/bom, 32% de regular e 36% de ruim/péssimo.

Moro voltou a criticar a proposta de adoção de um rodízio de juízes em comarcas pequenas para viabilizar a implantação do mecanismo do juiz das garantias no sistema judicial — agora suspensa por liminar do ministro Luiz Fux, do Supremo. Moro disse que a Justiça não é “rodízio de pizza”.

Sobre a soltura do ex-presidente Lula após a mudança de orientação do STF sobre a prisão em 2ª instância, disse que o correto era Lula sair após cumprir a pena e que a decisão foi um retrocesso.

Sobre as críticas da imprensa ao governo Bolsonaro, Moro disse que as reações do presidente são às vezes exacerbadas, mas “a imprensa podia dar uma folguinha”.

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

28 JAN 2020

## DE VOLTA PRA CASA

O ministro Celso de Mello, do STF (Supremo Tribunal Federal), deve receber alta hospitalar na quarta (29). E pode voltar à corte em março, se tudo correr bem na recuperação dele —o magistrado se submeteu a cirurgia para colocar prótese no quadril.

**DE VOLTA 2** A volta de Celso de Mello é esperada com expectativa: seu voto é considerado crucial em questões como a do juiz das garantias, que racha o Supremo.

**SOL** O magistrado segue defendendo com entusiasmo a implantação do sistema no Brasil. “Não há nada de novo sob o sol”, disse ele à coluna no domingo (26), lembrando que mecanismo semelhante ao do juiz das garantias já é adotado em SP há quase 40 anos.

**SIMPLES** Ele refuta o argumento de que muitas comarcas têm apenas um juiz e que seria difícil, portanto, adotar o modelo no país: “Não há dificuldade e muito menos mistério na solução desses casos”.

**TABELA** “A própria lei aprovada dá a resposta, com todas as letras: nestas situações [de comarcas com um só juiz], os tribunais constituirão um sistema de rodízio de magistrados. O sistema vai se pautar certamente na tabela de substituições automáticas que já existe no âmbito do Judiciário há 50 mil anos”, completa.

## PAINEL

**BAU** Além do juiz das garantias, o ministro Luiz Fux suspendeu temporariamente outro trecho do pacote anticrime que atende a uma reivindicação de Sergio Moro (Justiça): o artigo 28, que define que o Ministério Público pode arquivar inquéritos policiais sem a necessidade de aval do Judiciário.

**NÃO ULTRAPASSE** O parecer da área técnica do Ministério da Justiça tinha indicado veto ao item. O documento, enviado por Moro ao presidente Jair Bolsonaro, afirma que tirar o papel dos magistrados é “prejudicial e danoso à democracia”.

**BALANÇA** A pasta ainda diz que a atuação dos juízes propicia maior controle de abusos e segue a teoria dos freios e contrapesos. O parecer aponta que o novo texto da lei atenta contra a separação dos poderes e cita que “as consequências da concentração de poder são desastrosas”.

**FIGURINHAS** Nesta terça (28), Moro vai se reunir com o juiz Marcelo Bretas, relator da Lava Jato no Rio. É a primeira vez que o ministro visita o ex-colega de profissão desde que entrou para a política. Bretas também é contra a criação do juiz das garantias e fez críticas públicas à decisão de Bolsonaro.

28 JAN 2020

FOLHA DE S. PAULO

# Procuradoria pede que PF investigue Wajngarten por corrupção e peculato

## Solicitação de abertura de inquérito criminal vem após Folha revelar possível conflito de interesses do chefe da Secom

Fábio Fabrini, Julio Wiziack e Gustavo Uribe

BRASÍLIA O Ministério Público Federal em Brasília pediu à Polícia Federal a abertura de inquérito criminal para investigar suspeitas sobre o chefe da Secom (Secretaria de Comunicação da Presidência da República), Fabio Wajngarten.

O objetivo é apurar supostas práticas de corrupção passiva, peculato (desvio de recursos públicos feito por funcionário público, para proveito pessoal ou alheio) e advocacia administrativa (patrocínio de interesses privados na administração pública, valendo-se da condição de servidor).

As penas previstas para os dois primeiros crimes variam de 2 a 12 anos de prisão, além de multa. No último caso, aplica-se detenção de um mês a um ano.

A solicitação do Ministério Público Federal foi motivada por reportagens da Folha, publicadas desde o último dia 15, que mostraram que Fabio Wajngarten é sócio majoritário de uma empresa que recebe dinheiro de emissoras de TV (entre elas Record e Band) e de agências de publicidade contratadas pela própria Secom, por ministérios e estatais do governo Jair Bolsonaro.

Na gestão de Wajngarten, essas empresas passaram a receber fatias maiores da verba publicitária da Secom.

O despacho requerendo a investigação da Polícia Federal foi assinado nesta segunda-feira (27) pelo procurador Frederick Lustosa, da Procuradoria da República no Distrito Federal, depois que o órgão recebeu representações de diversos cidadãos, baseadas nas notícias. O caso correrá em sigilo.

A nova frente de apuração é a primeira de caráter criminal a ser aberta. Procurado nesta segunda-feira, Wajngarten não se manifestou. Ele tem negado irregularidades.

O secretário, que não tem foro especial no Supremo Tribunal Federal, também é alvo de processo administrativo no TCU (Tribunal de Contas da União) por suposto direcionamento político de verbas de propaganda para TVs consideradas próximas do governo, principalmente Record, SBT e Band. Essa prática afrontaria princípios constitucionais, entre eles o da impessoalidade na administração pública.

Quando constata irregularidades, o TCU aplica ao gestor sanções como multas e afastamento de cargos públicos. Também pode impor o ressarcimento de eventuais prejuízos causados à União.

A Comissão de Ética Pública da Presidência, por sua vez, avaliará a atuação de Wajngarten por possível conflito de

interesses público e privado a partir desta terça-feira (28).

A legislação que trata do tema proíbe integrantes da cúpula do governo de manter negócios com pessoas físicas ou jurídicas que possam ser afetadas por suas decisões. Entre as penalidades previstas está a demissão do agente público.

A prática também pode configurar ato de improbidade administrativa, se demonstrado o benefício indevido.

A comissão enviou um ofício ao chefe da Secom para que ele se pronuncie sobre o caso. O documento foi assinado na última quarta-feira (22) e concede prazo de dez dias, contado a partir da intimação, para a resposta.

Com esse período de defesa prévio, a decisão da comissão sobre abertura de inquérito contra Wajngarten não deve ser tomada agora, ficando para 19 de fevereiro.

O ofício é de autoria do conselheiro Gustavo do Vale Rocha, relator de três das quatro denúncias apresentadas contra o chefe da Secom. Elas partiram de PT, PSOL e PC do B.

A quarta denúncia tem como relator o presidente da comissão federal, Paulo Henrique dos Santos Lucon, que também deve respeitar o prazo de resposta de Wajngarten.

**CONTINUA**

28 JAN 2020

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

A Folha apurou que, no momento, a maioria dos integrantes da comissão avalia que o secretário incorreu em conflito de interesses.

Em caráter reservado, eles identificam indícios de irregularidade, o que justificaria a aplicação de uma penalidade ética.

Caso o secretário seja considerado responsável, são previstas punições como advertência pública, censura ética ou, em casos mais graves, a recomendação de exoneração. Cabe ao presidente seguir ou não a recomendação.

Questionado em mais de uma oportunidade sobre o caso, Jair Bolsonaro reagiu com irritação e chegou a mandar uma repórter da Folha calar a boca.

O presidente tem resistido a pressões para exonerar o secretário. “Se foi ilegal, a gente vê lá na frente”, afirmou em 16 de janeiro, um dia depois da publicação da primeira reportagem.

Como noticiou a **Folha**, Wajngarten assumiu o comando da pasta em abril de 2019 e, desde então, se mantém como principal sócio da FW Comunicação, que fornece estudos de mídia para TVs e agências, incluindo mapas de anunciantes do mercado. A FW também faz o chamado *checking*, ou seja, averigua se peças publicitárias contratadas foram veiculadas.

Record e Band são clientes da empresa. O SBT a contratou até o primeiro semestre do ano passado. Na gestão do secretário, as três emissoras passaram a ter percentuais maiores da verba publicitária para TVs, enquanto a Globo — líder de audiência e tratada como adversária pelo governo Bolsonaro — viu suas receitas despencarem a um patamar mais baixo que o das concorrentes.

A FW também recebe de três agências responsáveis pela publicidade da Caixa Econômica, a título de fazer a checagem da veiculação de anúncios. As três têm contratos com vários órgãos do governo.

Wajngarten sustenta que não há conflito de interesses em sua atuação e alega que os contratos de FW com as fornecedoras do governo são antigos.

Questionado em mais de uma oportunidade, ele não apresentou a lista completa dos clientes de sua empresa, bem como os valores que recebe de cada um.

## Entenda o caso Fabio Wajngarten

### Qual a polêmica envolvendo o chefe da Secom?

Fabio Wajngarten recebe, por meio de uma empresa da qual é sócio, dinheiro de emissoras de TV e de agências de publicidade contratadas pela própria secretaria, ministérios e estatais do governo Jair Bolsonaro. Desde que assumiu o cargo, o secretário teve pelo menos 67 reuniões com representantes de clientes e ex-clientes de sua empresa. Parte desses encontros exigiu viagens, e 20 foram custeadas com dinheiro público. Além disso, a agência Artplan, cliente da firma de Wajngarten, teve aumento de 36% nas verbas repassadas pela Secom desde que ele assumiu a secretaria

### Por que o caso levanta questionamentos?

A legislação vigente proíbe integrantes da cúpula do governo de manter negócios com pessoas físicas ou jurídicas que possam ser afetadas por suas decisões. A prática implica conflito de interesses e pode configurar ato de improbidade administrativa, se for demonstrado o benefício indevido. Wajngarten nega irregularidades

### O caso está sendo apurado por órgãos competentes?

O MPF solicitou à Polícia Federal a abertura de um inquérito criminal para apurar suspeitas de corrupção passiva, peculato e advocacia administrativa (patrocínio de interesses privados na administração pública, valendo-se da condição de servidor). Wajngarten também é alvo de processo administrativo no TCU (por suposto direcionamento político de verbas de propaganda) e da Comissão de Ética da Presidência (que avaliará possível conflito de interesses)

28 JAN 2020

FOLHA DE S. PAULO

# Alvo de Bolsonaro, ajuda a família de presos cai ao menor nível desde 2010

**Auxílios-reclusão recuam de 45,4 mil para 31,7 mil em um ano, depois de governo endurecer regras; benefício é criticado desde a campanha**

Thiago Resende

BRASÍLIA Criticada pelo presidente Jair Bolsonaro, a ajuda para que familiares de presos não fiquem desamparados sofreu uma queda significativa.

O auxílio-reclusão recuou para o atendimento de 31,7 mil famílias no ano passado, menor cobertura desde 2010 (29,5 mil beneficiários).

Desde a campanha, a equipe de Bolsonaro ataca essa ajuda paga a dependentes, como mulheres e filhos, de presidiários.

Esse auxílio tem o objetivo de proteger parentes que, com a prisão, podem ficar sem renda e, no caso de jovens, abandonar a escola para trabalhar. O dinheiro é repassado apenas quando a família é de baixa renda e o preso contribuía para a Previdência Social, o que, geralmente, ocorre com trabalhadores formais. Numa das primeiras medidas do governo, o presidente endureceu as regras para ter acesso a esse benefício.

Com isso, a quantidade de auxílios caiu de 45,4 mil, em 2018, para 31,7 mil no primeiro ano da gestão Bolsonaro.

No período, o número de detentos no Brasil vem crescendo e ultrapassa a marca de 800 mil, segundo o CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

O IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário) tem a avaliação de que a redução dos auxílios terá efei-

to social negativo e pouco impacto nas contas públicas.

“É uma perfumaria, na verdade. O gasto com auxílio-reclusão é muito baixo e, com as novas exigências, familiares podem ficar desamparados e sem proteção”, afirmou a presidente do IBDP, Adriane Bramante.

Segundo dados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), a despesa mensal com auxílio-reclusão recuou de R\$ 46,7 milhões para R\$ 34,3 milhões entre 2018 e o ano passado.

Esses valores são pouco significativos para o rombo de aproximadamente R\$ 240 bilhões para o regime previdenciário dos trabalhadores da iniciativa privada em 2020.

Atualmente, o valor médio do auxílio-reclusão é de R\$ 1.079,74 — pouco acima do salário mínimo, que subirá para R\$ 1.045,00.

Desde janeiro do ano passado, passou a ser exigido um período de 24 meses de contribuições ao INSS para que os familiares do presidiário recebam o dinheiro. Antes não havia carência. Bastava ter contribuído uma vez.

Além disso, Bolsonaro determinou que o auxílio-reclusão seja pago apenas a dependentes de quem está em regime fechado, e não mais para o preso em regime semiaberto.

O INSS não tem dados sobre quantos pedidos foram negados por não se encaixarem nas novas regras.

O governo diz que o sistema de seguridade social não pode ser visto como uma política de segurança pública e defende que as alterações tornaram o processo de concessão do benefício mais criterioso.

Um dos argumentos é que praticamente todos os benefícios do INSS exigiam carência, o que não havia para o auxílio-reclusão.

Mas o tempo de contribuição exigido (24 meses) é superior ao requisito, por exemplo, ao auxílio-doença (12 meses) e ao salário-maternidade (10 meses).

A equipe econômica defende que a mudança foi para coibir fraudes e tornar o benefício sustentável, pois, antes, com apenas uma contribuição ao INSS, o presidiário poderia deixar um auxílio a dependentes por muito tempo.

Durante a reforma da Previdência, o time do ministro Paulo Guedes (Economia) propôs uma limitação ainda maior ao auxílio-reclusão.

A proposta era que somente quem ganhasse até um salário mínimo poderia deixar o benefício para os dependentes. Atualmente, esse teto é de aproximadamente R\$ 1.400.

**CONTINUA**

O Congresso derrubou essa ideia ao analisar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma da Previdência, mas aprovou a MP (medida provisória), de janeiro do ano passado, que criou a carência para ter acesso ao benefício.

Na mesma MP, adotada em janeiro de 2019, o governo também mudou normas para aposentadoria rural.

Bolsonaro acabou com a possibilidade de comprovação de atividade no campo por meio de declaração do sindicato dos trabalhadores rurais. Em troca, o trabalhador rural pode fazer uma autodeclaração de atividade no campo, cuja veracidade será comprovada por órgãos públicos. Com isso, cresceu a rejeição de pedidos de aposentadoria desse tipo no INSS.

Em 2018, dos 492 mil requerimentos analisados, 296 mil foram concedidos e 196 mil foram negados. A taxa de recusa, portanto, foi de aproximadamente 40%.

No ano passado, quando as novas exigências passaram a valer, esse índice subiu.

Até novembro, foram decididos 479 mil. Desse total, 242 mil foram acatados, e 237 mil, rejeitados, ou seja, praticamente a metade.

“Houve indeferimento dos requerimentos de aposentadoria rural em que o requerente não possuía nenhum outro meio de prova de que exercia atividade rural além da declaração emitida pelo sindicato da categoria ou da colônia de pescadores”, informou, em nota, o INSS.

O aumento dos indeferimentos gerou um mal-estar com parlamentares ligados à bancada ruralista.

Os deputados Heitor Schuch (PSB-RS) e Wilson da Fetaemg (PSB-MG) se reuniram com técnicos do Ministério da Economia para pedir explicações

sobre o caso. Além disso, realizaram uma audiência pública na Câmara, no mês passado, para discutir a rejeição a pedidos de aposentadoria.

Diante da pressão, o INSS fez ajustes na autodeclaração exigida a trabalhadores rurais. Durante a audiência, técnicos do governo afirmaram que o benefício não será negado a quem tem direito de receber a aposentadoria.

### QUE É O AUXÍLIO

Benefício pago pelo INSS aos dependentes de trabalhador preso; é pago um auxílio por família

### Valor

Salário mínimo

### Quem tem direito

A média com as 12 últimas contribuições do segurado ao INSS não pode passar de R\$ 1.319,18; além disso, o segurado preso precisa ter feito um mínimo de 24 contribuições ao INSS

### Duração

Se o casamento ou união estável tiver menos de dois anos, o auxílio será pago por quatro meses; pode ser vitalício se o dependente tiver a partir de 44 anos

## CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

# 28 JAN 2020

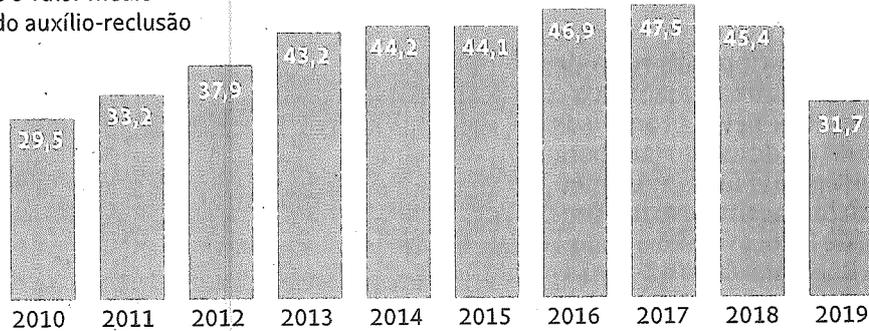
### Cai o número de auxílios a parentes de presidiários

#### Número de benefícios

Em milhares

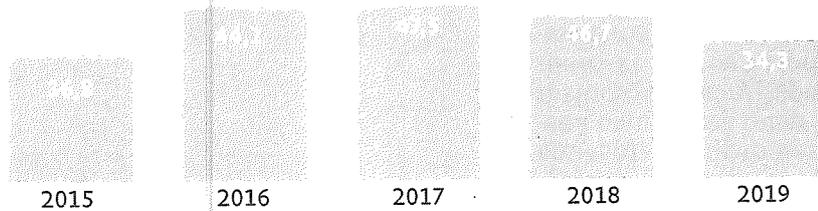
**R\$ 1.079,74**

é o valor médio  
do auxílio-reclusão



#### Total gasto com o benefício

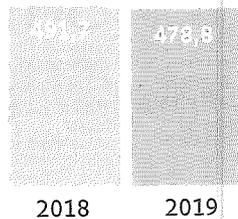
Em R\$ milhões



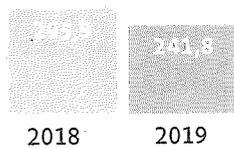
#### Aposentadoria rural

Em milhares

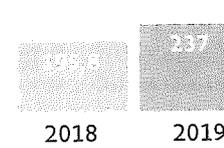
Pedidos analisados



Pedidos concedidos



Pedidos recusados



#### Mudanças em vigor desde janeiro de 2019

- Carência de 24 meses de contribuição ao INSS para ter direito a auxílio-reclusão
- Auxílio-reclusão passa a ser pago apenas para dependentes de quem está no regime fechado, e não mais no semiaberto
- Revogação da possibilidade de comprovação de atividade no campo por meio de declaração do sindicato dos trabalhadores rurais

Fonte: INSS (Instituto Nacional do Seguro Social)

28 JAN 2020

# FOLHA DE S. PAULO

## Witzel irrita Bolsonaro e Mourão ao gravar e divulgar telefonema para o vice

Patrícia Campos Mello  
e Gustavo Uribe

**DÉLI E BRASÍLIA** O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) demonstrou irritação com o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), após a divulgação de um telefonema de Witzel para o vice-presidente Hamilton Mourão. A conversa foi gravada em vídeo e divulgada em seguida nas redes sociais do governador.

Na Índia, onde cumpriu nesta segunda-feira (27) seu último dia de visita oficial, Bolsonaro afirmou: "Pelas imagens, ele [Witzel] tá no seu carro e um assessor filma; aí ele liga para o presidente em exercício. Eu acho que não é usual alguém fazer isso. Eu não gostaria que fizessem isso comigo, o que se trata por telefone, tem que ser reservado".

Enquanto Bolsonaro está fora do país, Mourão é o presidente interino. No vídeo compartilhado por Witzel no Twitter, ele é filmado por um assessor enquanto liga para Mourão e diz: "Senhor presidente, boa tarde" e fala sobre os problemas causados pelas chuvas em municípios do Rio e a necessidade de levar água para os locais afetados.

Mourão afirma estar ciente. "Vou pedir para o ministro Fernando [Azevedo, da Defesa] intensificar isso aí", diz. "Qualquer coisa a gente apoia mais alguma coisa aí no RJ, governador. Fica tranquilo."

Em Brasília, o presidente interino também criticou o governador. Segundo Mourão, Witzel esqueceu a ética e a moral ao gravar a conversa sem autorização.

"Em relação ao governador Wilson Witzel, ele diz que foi fuzileiro naval. Eu acredito que ele esqueceu a ética e a moral, que caracterizam as Forças Armadas, quando saiu do Corpo de Fuzileiros Navais. Nada mais eu tenho a dizer a respeito", afirmou.

Mourão acrescentou que falou com Bolsonaro após a divulgação do vídeo e que o presidente comentou que o governador não foi ético.

"O presidente só disse que é uma coisa que não é ética, né. É óbvio. Se você vai gravar alguém, você diz: 'Olha, vou gravar aqui, porque vou botar para o povo do Rio de Janeiro, para saber que estou atuando'", disse.

No Twitter, ao compartilhar o vídeo, Witzel afirmou: "Solicitei ao presidente da República em exercício, Hamilton Mourão, e ao Ministério da Defesa apoio para o envio de água potável às pessoas atingidas pelas chuvas no Norte/Noroeste do RJ. A ajuda do Governo Federal será fundamental para socorrer a população dessa região".

Mais tarde, em nota, o governador disse que o vídeo divulgado "tem somente a intenção de tranquilizar os moradores de cidades do noroeste do estado, fortemente atingidas pelas chuvas".

"A informação de que os governos estadual e federal estarão juntos para atender demandas básicas da população

da região não tem qualquer outra conotação que não demonstrar união num momento de necessidade do povo. Por isso é importante e de interesse público."

Witzel, que se elegeu apoiando o então candidato Bolsonaro, manteve alinhamento até meados de 2019. Os atritos são frequentes desde que o governador anunciou a intenção de se candidatar à Presidência em 2022.

No fim de novembro, Bolsonaro acusou Witzel de manipular as investigações do caso Marielle Franco e disse que a sua vida "virou um inferno" desde a eleição do ex-aliado.

O presidente também tem dito que a polícia fluminense, sob Witzel, persegue seu filho mais velho, o senador Flávio Bolsonaro (sem partido-RJ), na investigação sobre "rachadinha" na Assembleia Legislativa do Rio quando ele era deputado estadual.

Como mostrou a Folha em janeiro, entrar em choque com Jair Bolsonaro parece ser fatal nas redes sociais. A deputada Joice Hasselmann (PSL-SP) e os governadores João Doria (PSDB-SP) e Witzel são exemplos disso, aponta índice de popularidade digital da consultoria Quaest, que analisa o desempenho de figuras públicas no Facebook, Instagram e Twitter.

Quando aliados de Bolsonaro, Joice, Doria e Witzel chegaram a ser líderes do índice em seus grupos (deputados federais e governadores, respectivamente). Após o rompimento, perderam posições no levantamento.

Em agosto e setembro, Witzel foi o gestor estadual com melhor popularidade nas redes sociais, segundo o índice. Quando passou a ser criticado por Bolsonaro e seu entorno, desabou no índice digital, ficando em novembro apenas como o 9º governador mais popular do país.

“

Ele [Witzel] diz que foi fuzileiro naval. Eu acredito que ele esqueceu a ética e a moral, que caracterizam as Forças Armadas, quando saiu do Corpo de Fuzileiros Navais

Hamilton Mourão  
presidente interino

28 JAN 2020

## FOLHA DE S. PAULO

### Com divulgação suspensa, Sisu tem 1,8 mi de inscritos em 2020

BRASÍLIA O MEC (Ministério da Educação) divulgou nesta segunda (27) dados de inscrição que mostram que 1,8 milhão de candidatos se inscreveram no Sisu (Sistema de Seleção Unificada), que continua suspenso após decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3).

De acordo com as informações do ministério, foram 3,4 milhões de inscrições, uma vez que é possível pleitear vaga em até dois cursos.

O período de registros durou seis dias e não foi afetado pela disputa judicial em curso. Estão sendo disponibilizadas neste ano 237.128 vagas em 128 instituições de ensino em todo o país.

Os resultados, que deveriam ser divulgados nesta terça-feira (28), dependem agora de decisão da Justiça.

Após o TRF-3 rejeitar no domingo (26) recurso do governo federal e manter a suspensão da divulgação dos resultados do sistema, o presidente interino, Hamilton

Mourão, disse nesta segunda que a AGU (Advocacia-Geral da União) deve recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal) ou ao STJ (Superior Tribunal de Justiça).

“Vai, vai recorrer. Pelo que eu sei, a AGU deve impor ao STJ ou ao STF”, disse.

A suspensão inicial havia sido determinada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, acatando pedido da Defensoria da União. A AGU, então, recorreu ao TRF-3, que manteve a decisão de não permitir a divulgação das notas.

Na decisão de domingo, a presidente do TRF-3, desembargadora Therezinha Astolpho Cazerta, considerou que não foram apresentados “elementos seguros de que candidatos não teriam sido impactados” pelos erros no cálculo da nota do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). O governo federal identificou falhas nas notas de cerca de 6.000 candidatos. Angela Boldrini

28 JAN 2020

# FOLHA DE LONDRINA

## MP pede abertura de inquérito por suspeita em licitação em Curitiba

Segundo o órgão, empresas que pertencem a um mesmo grupo venceram pregão eletrônico em 2018

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - O MP (Ministério Público) do Paraná solicitou a instauração de inquérito policial com o objetivo de apurar possível irregularidade em uma licitação da Prefeitura de Curitiba ocorrida em 2018, para contratar empresas especializadas em limpeza urbana. O pedido da promotora de Justiça Luciane Melluso Freitas é baseado em uma denúncia feita pela vereadora Professora Josete (PT) em setembro do ano passado.

Conforme a peça inicial, as empresas Urbanística Ambiental Eireli, Nicons Comercial de Plantas e Ajardini Paisagismo, que venceram o pregão eletrônico, pertencem a um mesmo grupo econômico, o que caracterizaria fraude na concorrência. "Deve-se apurar no âmbito deste procedimento se as empresas agiram em conluio visando interesse econômico comum", diz trecho da peça.

Conforme a denúncia, as companhias utilizavam os mesmos recursos materiais, tecnológicos e humanos, além de, aparentemente, os sócios serem parentes em algum grau, visto o sobrenome semelhante: Brunetta.

Juntas, as empresas receberam cerca de R\$ 3,5 milhões por contratos de um ano para realização de serviços de roçada, capinação, limpeza e transporte de resíduos de entulhos. A parlamentar afirma que apresentou à Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público uma série de documentos apontando a possibilidade de uma "simulação de concorrência".

Apesar de endereços diferentes, duas das empresas possuem o mesmo telefone de contato. Os endereços que aparecem no cadastro da Receita Federal são residenciais. A vereadora também conta que constatou, em visita "in loco", que apenas dois dos imóveis têm identificação.

De acordo com a promotora, os fatos narrados remetem à prática de crime previsto na Lei de Licitações. No inquérito, a delegacia de polícia competente deve promover diligências e oitivas dos administradores, bem como questionar se os funcionários realizam serviços em conjunto para as três empresas.

DEFESA

O MP oficiou a administração municipal para que, no prazo de 30 dias, promova sindicância administrativa sobre os fatos noticiados.

A Prefeitura de Curitiba enviou nota à **FOLHA** informando que a PGM (Procuradoria Geral do Município) irá analisar a denúncia. "Todos os processos licitatórios do município são abertos, transparentes, têm ampla divulgação e seguem os ritos legais de forma a garantir a prevalência do interesse público".

28 JAN 2020

## FOLHA DE LONDRINA

### CLAUDIO HUMBERTO

#### Witzel pode ser processado por gravar Mourão

O governador do Rio, Wilson Witzel, está sujeito a processo civil e até a impeachment, caso a maioria da Assembleia Legislativa (Alerj) entenda que ele ofendeu a dignidade ou decore do cargo, como prevê a Lei 1.079/50, ao gravar e divulgar telefonema ao vice-presidente Hamilton Mourão. Especialista em direito constitucional, o advogado Jean Raphael diz que gravar a própria conversa não viola a lei. Mas pode ser classificada de antiética. Para além de erro político.

#### Processo

"Fica o desvio no campo de mera conduta antiética", diz o especialista. Politicamente, Witzel pode ter aberto caminho para uma ação na Alerj.

#### Ação pessoal

Se Mourão se sentir prejudicado, ele também pode representar contra Witzel na esfera civil pela violação da intimidade.

#### Intimidade quebrada

"O fato de o governador ser ex-juiz, conhecedor da lei e do tolerável, agrava bastante o nível da falta de zelo com a intimidade", diz Raphael.

#### Caminho longo

A situação de Wilson Witzel na Alerj não é confortável. Sua bancada soma de 30 a 35 dos 70 votos. O impeachment requer 2/3 dos votos.

#### Regalia bandida

A Rádio Bandeirantes de São Paulo apurou que, em média, mais de 5.000 criminosos não voltam à cadeia, após usufruírem de "saidinhas" ou "saidões". Nos últimos quatro anos, foram mais de 21 mil bandidos. E ainda tem gente que defende a manutenção dessa regalia absurda.

## LUIZ GERALDO MAZZA

### Questões pertinentes

A associação entre justiça e segurança, expressa em dimensão ministerial, foi primeiramente testada nos estados. O exemplo está na transferência da questão penitenciária para o campo da segurança, quando se tornaram rotina os amotinamentos como esse da semana passada em Londrina. É que a visão de um cenário - o das penitenciárias e delegacias distritais tomadas por facções do crime organizado - obrigou a esse ajuste mais consentâneo com essa nova realidade.

Virou rotina também ao fim dessas rebeliões, algumas com muitos mortos como a de Cascavel, esse ritual de transferência dos presos, e muitos deles com essa reivindicação na pauta dos rebelados. No episódio de Londrina as exigências de oito detentos tiveram atendimento, depois de seis horas de tensa negociação, e o evento revelou a ausência de segurança que facilitou o sequestro do agente penitenciário. Um agente sozinho não pode fazer a liberação de um cubículo com oito presos. Essa desigualdade de forças, tanto aí como nas delegacias lotadas, reclama pela revisão urgente dessa política.

28 JAN 2020

# FOLHA DE LONDRINA

## Mourão diz que AGU deve recorrer para divulgar Sisu

**Justiça determinou suspensão por não haver "elementos de que candidatos não teriam sido impactados"**

Gustavo Uribe

Folhapress

**Brasília** - O presidente interino, general Hamilton Mourão, disse nesta segunda-feira (27) que a AGU (Advocacia-Geral da União) deve recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal) ou ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) para que sejam divulgados os resultados do Sisu (Sistema de Seleção Unificada).

Na noite de domingo (26), o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) rejeitou recurso do governo federal e manteve a suspensão. O argumento do Ministério da Educação era que a não divulgação apresentava "graves prejuízos à política pública de ensino superior". "Vai, vai recorrer. Pelo que eu sei, a AGU deve impor ao STJ ou ao STF", disse o vice-presidente na manhã desta segunda-feira (27).

Na decisão de domingo, a presidente do TRF-3, desembargadora Therezinha Astolpho Cazerta, considerou que não foram apresentados "elementos seguros de que candidatos não teriam sido impactados" pelos erros no cálculo da nota do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio).

**“Vai, vai  
recorrer. Pelo  
que eu sei, a  
AGU deve impor  
ao STJ ou ao  
STF”**

O governo federal identificou falhas nas notas de cerca de 6.000 candidatos.

Cazerta afirmou que é papel da União garantir que os candidatos obtenham a nota correta, de forma clara e transparente. "Esse é um direito individual, parte do compromisso assumido pelo Estado na estruturação de um exame de escala nacional, e que não pode ser ignorado pela União Federal", disse.

A suspensão inicial havia sido determinada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, acatando pedido da Defensoria da União. A AGU, então, recorreu ao TRF-3, que manteve a decisão de não permitir a divulgação das notas.

A AGU afirmou nesta segunda que "qualquer nova medida não alterará o resultado das notas" e que "o eventual adiamento ou suspensão de prazos do Sisu causará prejuízos incalculáveis às instituições de ensino e aos candidatos interessados em acessar a educação superior por meio dos processos seletivos realizados pelo governo federal, bem como ao início do calendário universitário".

O órgão disse que receberá dados e notas técnicas complementares do Ministério da Educação para pedir a reforma da decisão do TRF da 3ª Região. "De posse das informações, a AGU apresentará pedido de suspensão perante o Superior Tribunal de Justiça".

JORNAL DO ÔNIBUS 28 JAN 2020

# AGU recorre de suspensão da divulgação do Sisu

## Órgão diz que falta "posicionamento seguro" do governo

A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para anular a decisão que suspendeu a divulgação do resultado das inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), prevista para hoje. No domingo (26), a desembargadora Therezinha Cazerta, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), decidiu manter em vigor liminar concedida pela primeira instância da Justiça Federal para suspender a divulgação.

A alegação é de que o governo ainda precisa dar um posicionamento "seguro e transparente" sobre a correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)

2019, cuja nota é usada pelos estudantes para fazer inscrição no Sisu e concorrer a vagas em universidades públicas em todo o país.

No sexta-feira (25), a Justiça Federal de São Paulo havia determinado a suspensão da divulgação dos resultados do Sisu até que o Governo Federal demonstre a correção das provas do Enem em que estudantes de todo o país apontaram problemas. O tribunal deu prazo de cinco dias para o cumprimento da decisão, sob pena multa diária de R\$ 10 mil. A decisão foi motivada por pedido da Defensoria Pública da União (DPU). ●

## Sergio Moro diz que vai permanecer no governo



Agência Brasil

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, disse nesta segunda-feira (27) em entrevista ao programa Pânico, da rádio Jovem Pan, que não há motivo para deixar o governo e que irá apoiar o presidente Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022.

A frase é uma alusão ao episódio da história do Brasil no qual d. Pedro 1º recusou-se a voltar a Portugal, que ficou conhecido como "Dia do Fico". Indagado se há atrito com o presidente Bolsonaro e se pretende

concorrer ao posto de presidente nas próximas eleições, Moro disse que irá apoiar o atual mandatário por "questão de lealdade".

O ex-juiz foi questionado sobre a possibilidade de ser indicado pelo presidente Bolsonaro a uma vaga no STF (Supremo Tribunal Federal) e respondeu que essa é uma "perspectiva interessante". Em novembro, a aposentadoria compulsória de Celso de Mello abrirá uma vaga no Supremo, que seria de Moro segundo acordo que Bolsonaro depois desmentiu. ●

Moro também falou da possibilidade ir para o STF